



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

**Avaliação de Políticas Públicas**  
(Resolução nº 44, de 2013)

**Proposta de Plano de Trabalho para 2019**

**“COMÉRCIO INTERNACIONAL AGROPECUÁRIO”**

Presidente: Senadora **SORAYA THRONICKE**  
Vice-Presidente e Relator: Senador **LUIS CARLOS HEINZE**

## **1. APRESENTAÇÃO**

Em decorrência da aprovação do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) nº 8, de 2019, de autoria da Senadora SORAYA THRONICKE, nos termos dos arts. 90, inciso IX, 96-B (incluído pela Resolução nº 44, de 2013) e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão decidiu, em Reunião Extraordinária, realizada em 27/3/2019, selecionar para avaliação, no ano de 2019, a Política de Comércio Internacional Agropecuário, elegendo Relator dessa avaliação o Senador LUIS CARLOS HEINZE.

Brevemente, a avaliação de políticas públicas a ser empreendida por esta Comissão tem por objetivo trazer ao conhecimento público e analisar dados e informações concretas acerca das políticas e ações relacionadas às exportações de produtos agropecuários brasileiros e importações de produtos



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze**

de outros países, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, sua integração com as esferas estaduais e municipais e com a iniciativa privada, e eventualmente propor os aprimoramentos ou inovações necessárias dos marcos legais existentes.

Ressalta-se que a avaliação de uma política pública corresponde, em última instância, ao julgamento dos impactos sobre a vida das pessoas, sobre as empresas, organizações sociais, as cadeias produtivas, sobre as diferentes regiões e a economia do País. Cabe aos gestores das políticas promoverem, por meio de elementos técnicos bem definidos, seu planejamento, a avaliação de seus resultados e as ações necessárias ao seu aperfeiçoamento. São esses os objetivos a serem alcançados pela CRA com a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário.

## **2. OBJETOS DA AVALIAÇÃO**

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 22, atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre comércio exterior. Complementarmente, o art. 237 da CF estabeleceu que “a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda” (atual Ministério da Economia).

No capítulo constitucional que trata do Sistema Tributário Nacional, o art. 153 dispôs que compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; e II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, entre outros. A CF garantiu que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze**

de exportação, mas incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

Entretanto, ressalte-se que não é objetivo desta avaliação adentrar o denso terreno da legislação tributária brasileira que trata dos estímulos fiscais à exportação de produtos agropecuários, ou as incidências fiscais sobre produtos agropecuários importados.

Objetivamos com este trabalho avaliar a evolução do agronegócio na balança comercial brasileira, a participação do País no conjunto das exportações e importações mundiais de produtos agropecuários e agroindustriais, o fluxo de produtos e valores entre Brasil e os principais parceiros comerciais, bem analisar os instrumentos de financiamento e mecanismos de apoio à exportação.

Paralelamente objetivamos identificar quais as principais organizações, acordos e convenções internacionais e regionais de comércio, e avaliar seu histórico, seu papel e desempenho atual. No âmbito nacional, o objetivo é identificar a evolução dos principais marcos regulatórios no âmbito da legislação federal, e os que atualmente determinam as estratégias, as políticas públicas, as responsabilidades institucionais no âmbito do Governo Federal e o papel das organizações do setor privado.

Por exemplo, cumpre avaliar como estão estruturadas e quais os resultados e perspectivas das seguintes ações ou políticas públicas, atualmente no âmbito do Ministério da Economia:

- **Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE;**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Vitrine do Exportador – VE**, que tem como objetivo divulgar as empresas brasileiras, seus produtos e serviços no mercado internacional;
- **Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX)**, criados com o objetivo de estimular uma maior participação do empresariado brasileiro no contexto internacional;
- **Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – Redeagentes**, programa criado com o propósito de difundir a cultura exportadora e estimular a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo;
- **Aprendendo a Exportar**, ação voltada para o aprendizado dos procedimentos operacionais da exportação;
- **Guia de Comércio Exterior e Investimentos (Invest e Export Brasil)**;
- **Comex Responde**, de solução de dúvidas sobre comércio exterior,
- **Programa Portal Único de Comércio Exterior (Portal Siscomex)**;
- **Sistema para extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Stat**;
- **Sistema de visualizações interativas sobre os dados do comércio exterior brasileiro – Comex Vis**;
- **Sistema para solução de dúvidas sobre assuntos pertinentes ao comércio exterior brasileiro – Comex Responde**;
- **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul –SECEM**;
- **Sistemas de divulgação de dados detalhados de comércio exterior de diversos países do mundo – Comtrade e Trade Map**;
- **Programa de Financiamento às Exportações – Proex**;



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Sistema de divulgação de dados de comércio exterior dos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) – SICOEX – ALADI;**
- **Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia.**

Em que estágio estão as negociações bilaterais (China, EUA, etc) e com blocos, como o Mercosul e países árabes, envolvendo exportações e importações de produtos agropecuários? Que outras oportunidades se apresentam para os produtos brasileiros?

Fundamental destacar, nesse contexto, que, em 28.6.2019, o Mercosul anunciou a assinatura com a União Europeia do **Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia**. A partir de agora será iniciado o processo detalhado de negociação e discussão dos processos de concessão e de das tarifas para a ratificação do documento nos parlamentos dos 28 países europeus e no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Por tratar-se de questões sensíveis para agropecuária nacional, teremos oportunidade de avaliar o andamento das negociações na presente avaliação de política pública.

No âmbito da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SR/MAPA, cumpre conhecer quais são os dados disponíveis dos sistemas de informação a seguir, e como se relacionam com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio e do meio rural brasileiro:

- **Sistema de controle de ADIDOS;**
- **Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais – SIENI;**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

- **Sistema de Eventos – AGROEVENTOS;**
- **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – AGROSTAT.**

Como tais informações se integram às do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA?

Destaque-se ainda a importância de avaliar a atuação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX-Brasil, Serviço Social Autônomo instituído pelo Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003, seu contrato de gestão com o Ministério das Relações Exteriores, a quem compete avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados. Da APEX-Brasil, cumpre ainda avaliar o desempenho do Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), entre outras ações da Agência.

Há acordos dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada). Estão em andamento negociações de acordos comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários, contenciosos agrícolas e deliberações em fóruns bilaterais e multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Qual tem sido o empenho do Governo Brasileiro na participação destes acordos?

E qual é a atuação e quais são as demandas do setor privado, em relação ao apoio do Estado na promoção de exportações? Qual o status e desempenho das negociações não-tarifárias (focadas principalmente no MAPA)



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze**

e tarifárias (mais pulverizadas entre MRE, MAPA e ME)? Quais as alterações necessárias ao aperfeiçoamento dos marcos regulatórios legal e infralegal?

Por fim, cumpre avaliar quais os desafios e perspectivas decorrentes do recente acordo comercial estabelecido entre o Mercosul e a União Europeia.

São estas, entre outras, questões que pretendemos trazer ao debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

### **3. ATIVIDADES PROPOSTAS**

Para levar a contento a avaliação da Política de Comércio Internacional Agropecuário no País, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades:

- Identificação de atores do setor privado relacionados ao tema;
- Análise da legislação correlata;
- Análise de dados e performance das exportações e importações de produtos agropecuários e agroindustriais;
- Análise da execução orçamentária e financeira dos recursos destinados às ações de apoio às exportações de produtos agropecuários;
- Realização de 6 audiências públicas;
- Realização de eventos no ciclo de palestras pela CRA, e/ou de reuniões técnicas, promovidas pelo gabinete parlamentar da relatoria;
- Ações pelo E-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado).



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

Tendo em vista o prazo regimental para realização da avaliação (maio a novembro de 2019), o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até o final novembro deste ano.

#### 4. CRONOGRAMA DE TRABALHO

Propomos, para consecução das metas apresentadas, a seguinte programação para as próximas reuniões:

Data	Atividade	Convidados	Temas
Julho	Apresentação do Plano de Trabalho e na CRA	Membros da Comissão	Análise do Plano de Trabalho
Agosto	Audiência Pública – O Comércio Exterior na ótica governamental	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Ministério da Economia</li><li>2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</li><li>3. Ministério das Relações Exteriores</li></ol>	Apresentação das atribuições institucionais dos ministérios, das políticas públicas, planos e programas de comércio internacional, sistemas de informação e controle sob sua responsabilidade e seus resultados.
Agosto	Audiência Pública – o papel dos fomentadores públicos de exportação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. CONAB</li><li>2. EMBRAPA</li><li>3. IBGE</li><li>4. CAMEX</li><li>5. APEX-Brasil</li><li>6. SEBRAE Nacional</li></ol>	O papel institucional e a atuação das organizações estatais no apoio ao comércio internacional agropecuário: estatísticas, diagnóstico, avaliação e desafios futuros.
Setembro	Audiência Pública – atuação do setor privado no processo de exportação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Superintendência de Relações Internacionais da CNA</li><li>2. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC</li><li>3. Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - ABRAFRUTAS.</li></ol>	Recepção das demandas de organizações do setor privado, em relação ao papel do Estado, e sua atuação. Iniciativas do setor privado.



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

		<ol style="list-style-type: none"><li>Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - ABIA</li><li>Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC</li><li>Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB</li></ol>	
Setembro	Audiência Pública – contribuição da academia e dos institutos de pesquisa ao dilema da exportação	<ol style="list-style-type: none"><li>Centro Estudos em Agronegócio- GVAgro/FGV-EESP</li><li>Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP</li><li>Universidade Federal de Viçosa – UFV</li><li>Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - IPEA</li></ol>	Os estudos e a atuação da academia sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário exportador e nas cadeias do agronegócio.
Outubro	Audiência Pública – Financiamento e mecanismos de apoio à exportação	<ol style="list-style-type: none"><li>Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)</li><li>BNDES</li><li>Banco do Brasil</li><li>Representante de uma Trading, a definir</li></ol>	O financiamento da exportação agropecuária, e seus impactos no setor agropecuário produtivo e nas cadeias do agronegócio.
Outubro	Audiência pública para debater os acordos bilaterais e multilaterais	<ol style="list-style-type: none"><li>Ministério das Relações Exteriores - MRE</li><li>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA</li><li>Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia</li></ol>	Análise dos acordos bilaterais (China, países árabes, etc) e multilaterais (Mercosul, UE, etc): desempenho passado e desafios para o futuro.
Outubro e Novembro	Reuniões técnicas e elaboração do relatório	Reuniões internas, com técnicos de organizações convidadas para as audiências públicas	Análise, discussão interna e preparação do relatório.



SF/19991.75507-90



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luís Carlos Heinze

Última semana de novembro	<b>Apresentação, discussão e Votação do Relatório Final</b>	Plenário da Comissão	Apresentação, discussão e votação do Relatório Final.
---------------------------	---	----------------------	---

Sala da Comissão, em 9 de julho de 2019

Senador **LUÍS CARLOS HEINZE**, Relator

CSC



SF/19991.75507-90